

## 2 Leitura e recepção, uma breve revisão bibliográfica

### 2.1 A leitura: ato complexo

Michel de Certeau (1994) é crítico em uma análise breve que faz das pesquisas, realizadas até hoje, destinadas a investigar a leitura. Mais numerosos em sociologia, explica o autor, esses estudos são geralmente de tipo estatístico, que calculam as correlações entre objetos lidos, lugares sociais e lugares de frequência, não analisando “*a própria operação do ler, suas modalidades e sua tipologia*” (p. 265). Roger Chartier (2004) partilha da mesma idéia: quando trata do conjunto de livros que compunham a “Biblioteca Azul”, por exemplo, livros baratos e vendidos por ambulantes na França do Antigo Regime, o teórico enfatiza que reconhecer estatisticamente a desigual circulação de impressos não basta, assim como também não é suficiente descrever os temas que faziam parte dessa leitura supostamente “popular”, pois é preciso tentar captar, sempre que possível, de que modo os leitores, neste caso antigos, encontravam e manejavam o escrito. É necessário, segundo ele, identificar as modalidades originais das práticas de ler. Pensando desta forma, não podemos isolar textos e tirar conclusões sobre o que pensam e como agem os leitores somente a partir da análise do que lêem. Pierre Bourdieu (2001), em um debate com Roger Chartier, também se coloca a favor de investigar os modos de leitura e não simplesmente o que é lido.

“É um ponto a propósito do qual os historiadores dizem – aparentam – enviar o sociólogo: os senhores têm a chance, interroguem as pessoas sobre o que lêem, não somente sobre o que lêem, mas sobre a maneira de ler.” (Bourdieu, 2001, p. 236)

Este trabalho tem como objetivo analisar as maneiras de ler impressos jornalísticos por um determinado segmento de leitores — crianças. Mesmo com as limitações impostas pelo tempo e, principalmente, pelo espaço, uma vez que analisar os hábitos e práticas de leitura em um ambiente determinado pela pesquisa, no caso, a escola, e não onde ela realmente acontece, em casa,

principalmente em se tratando de jornais e revistas, procurou-se, a partir do que dizem os teóricos que investigam as práticas de leitura, observar, analisar e perguntar diretamente aos sujeitos envolvidos de que maneira lêem determinados veículos selecionados pela pesquisadora.

Neste primeiro capítulo, pretendo retomar, de forma resumida, o que dizem os estudos feitos no campo da leitura e de suas práticas, que foram imprescindíveis para a presente pesquisa antes, durante e depois do trabalho de campo. O principal referencial são os estudos de Roger Chartier, mas as considerações de outros estudiosos, como Alberto Manguel e Michel de Certeau, também tiveram uma grande importância neste trabalho.

Chartier (1999) afirma que a leitura “*é sempre apropriação, invenção e produção de significados*” (p. 77) e toda a história da leitura deve supor, desde o princípio, que o leitor tem a liberdade de deslocar e subverter o que o livro – ou o texto, de forma geral – pretende lhe impor. Há aí, porém, uma tensão: a proclamada liberdade absoluta do leitor também está cercada por certas limitações, provenientes das modificações pelas quais passam as práticas de leitura. De acordo com o tempo e com os lugares, mudam os objetos lidos e as razões para se ler. Mudam também os suportes, que vão do rolo antigo ao texto eletrônico. Em “Os desafios da escrita”, Chartier (2002) cita Roland Barthes (1988), que, em um ensaio célebre, decretou a onipotência do leitor e a morte do autor. A posição de leitura era vista por Barthes como o espaço em que o texto adquire a sua significação. Apesar de concordar com tal afirmação, Chartier (2001) é mais cauteloso ao falar sobre a onipotência do leitor. Ao mesmo tempo em que o teórico se posiciona contra a perspectiva de que há uma servidão por parte dos leitores, também se coloca contra a visão inversa, de que haveria, para o indivíduo, uma absoluta liberdade e uma imaginação sem limites: toda apropriação, segundo ele, se encerra nas possibilidades historicamente variáveis e socialmente desiguais.

Como bem resume Manguel (1997), o ato de ler é de uma complexidade impressionante, uma vez que apreender letras está relacionado não somente com a visão e a percepção do sujeito, mas também com inferência, julgamento, memória, reconhecimento, conhecimento, experiência e prática. Junte-se a isso, o momento, o lugar e o suporte, pois eles também afetam a leitura, e teremos, então, a dimensão de tal complexidade.

Neste estudo, optamos por tomar as análises sobre leitura a partir dois dos aspectos enfocados por elas: aquele que esmiúça a liberdade e o poder do leitor, demonstrando que não há como pensarmos nos leitores como sujeitos passivos e inertes; e aquele que aponta a existência de diferentes práticas de leitura, ressaltando as diferenças entre leitura em voz alta e silenciosa, leitura extensiva e leitura intensiva e as diversas possibilidades de leitura a partir de variados suportes.

## **2.1a**

### **O poder do leitor**

Toda e qualquer escrita depende da generosidade do leitor. A relação entre escritor e leitor apresenta, de acordo com Manguel (1997), um paradoxo maravilhoso. Manguel (*idem*) afirma que é somente quando um escritor abandona seu escrito é que este último ganha existência. A vida ativa de um texto surge quando os olhos “capazes” fazem contato com as marcas da escrita, que podem se encontrar em uma página, na tela de um computador, ou em uma tabuleta. Independentemente do suporte utilizado, um texto pode ser considerado incompleto sem a existência do leitor. A escrita, inventada provavelmente por motivos comerciais, como, por exemplo, para lembrar que um certo número de cabeças de gado pertencia a uma determinada família, fazia do escritor, nos primórdios de sua existência, um fazedor de mensagens, ou em outras palavras, um criador de signos. Lembrar disso é lembrar também da importância da outra ponta deste processo desde os tempos mais remotos: os signos ou mensagens, escritos há milênios, precisavam ter alguém que os decifrasse, que lhes desse voz.

As relações que se estabelecem entre autor, texto e leitor não se restringem, no entanto, a esse pensamento, uma vez que a leitura não se encerra como processo mecânico simples. O leitor, mais do que ter o poder de dar vida ativa ao escrito porque lhe dá voz, também é aquele que constitui sentido ao que é lido, fazendo com que a leitura seja, portanto, um processo de aprovação e troca. O papel do leitor vai além do de um receptor passivo. Como explica Jean Marie Goulemot (2001):

“(Ler) não é encontrar o sentido desejado pelo autor, o que implicaria que o prazer do texto se originasse na coincidência entre o sentido desejado e o sentido percebido, em um tipo de acordo cultural, em uma ótica na qual o positivismo e o elitismo não escaparão a ninguém.” (Goulemot, 2001, p. 108)

Cada leitor, explica Chartier (2001), a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria. Citando Certeau, Chartier mesmo lembra que “o leitor é um caçador que percorre terras alheias”<sup>5</sup>. Importante, então, é compreender o leitor como um receptor ativo, capaz de dar um novo sentido e de compreender de uma forma bastante própria e única o que diz o autor. Como afirma Certeau (1994), deve-se considerar a operação do leitor como uma espécie de *lectio*, uma produção própria. Análises recentes, afirma ele, mostram que toda literatura difere de outra menos pelo texto que pela maneira como é lida.

“Este (o leitor) não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos a ‘intenção’ deles. Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações.” (Certeau, 1994, p. 262)

O leitor tem a capacidade não só de dar seu próprio sentido ao que lê, mas também de, com os novos suportes do texto, intervir da maneira que mais lhe convier nos escritos (Chartier, 1999). Chartier aponta que aquele que lia já podia fazer suas intervenções no antigo livro de rolo, insinuando uma escrita própria nos espaços deixados em branco, mas assinala que, se antes havia uma clara divisão de espaço, pois as anotações do leitor em um livro de rolo ou códex tinham que ser feitas, necessariamente, nas margens, os novos formatos e suportes de texto permitem que o leitor não seja mais constrangido a se contentar apenas com a margem: com o texto eletrônico, por exemplo, ele pode intervir em seu coração, ou seja, no centro.

Tudo isso nos leva a crer que, neste sentido, a autoridade antes imposta pelo escrito também vem perdendo campo, pois a atitude de reverência, obediência ou meditação ante ao texto já não encontra mais espaço com a

---

<sup>5</sup> CHARTIER, ROGER *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo, Editora UNESP / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

existência de diferentes suportes materiais que hoje confundem a distinção entre autor e leitor, entre autoridade e apropriação.

## **2.1b** **Diferentes práticas da leitura**

As situações e práticas de leitura são historicamente variáveis. A imagem de um leitor comum, em silêncio, com os olhos fixos às páginas do livro, como parte de um ato de foro íntimo, secreto e individual, nem sempre existiu. Essa prática de leitura silenciosa, aliás, nem sempre foi a dominante. El Far (2006) explica que desde a invenção da imprensa por Gutenberg, por volta do século XV, o livro ganhou várias formas e propósitos, mas esse movimento, que tinha como objetivo tornar a leitura sedutora e atraente, levou longos anos para ser, enfim, concretizado. O Ocidente, àquela época, encontrava-se completamente enraizado no universo da oralidade. Parte de festas, da diplomacia, da pregação religiosa, do discurso dos governantes, juízes e trovadores, lá estava a palavra: as pessoas viviam e atualizavam seu cotidiano por meio das vozes. A palavra escrita passa a ganhar espaço com a impressão, deixando que esse universo da oralidade seja, a partir de então, predominante somente em meios camponeses, de artesãos e de trabalhadores analfabetos de baixa renda.

Isso tudo, no entanto, não criou uma barreira de separação entre os mundos da escrita e da palavra falada. As cortes européias, por exemplo, ainda apreciavam as histórias contadas, a apresentação das peças de teatro e as canções poéticas dos trovadores. Aqui mesmo no Brasil, como relata El Far (*idem*), a popularização do livro não coloca em oposição esses dois tipos de leitura. Elas conviveram, sim, lado a lado, por muitos anos, fazendo com que a leitura para grandes platéias de ouvintes e a leitura reservada em uma sala de estudos coexistissem, principalmente no período colonial.

O primeiro relato de uma leitura silenciosa, de acordo com Manguel (1997), é a descrição que santo Agostinho faz de Ambrósio, bispo da cidade de Milão, na Itália, por volta do ano de 383. Uma maneira de ler tão estranha que Agostinho a registrou em suas *Confissões*. A descrição que o próprio Manguel faz de um leitor silencioso, após relatar o caso de santo Agostinho, serve para nos

fazer entender o quanto se diferenciam os processos de leitura em voz alta e leitura silenciosa:

“Olhos perscrutando a página, língua quieta: é exatamente assim que eu descreveria um leitor de hoje, sentado com um livro num café em frente à igreja de Santo Ambrósio em Milão, lendo, talvez, as *Confissões* de Santo Agostinho. Tal como Ambrósio, o leitor tornou-se cego e surdo ao mundo, às multidões de passantes, às fachadas desbotadas dos edifícios. Ninguém parece notar um leitor que se concentra: retirado, absorto, o leitor torna-se lugar comum.” (Manguel, 1997, p. 59)

Os meios urbanos, ainda nos séculos XVII e XVIII, se deparavam com a existência de um conjunto de relações com os textos que passava pelas leituras coletivas, que manipulam o texto, decifrado por uns para outros. As palavras escritas, desde os tempos mais remotos, eram destinadas a serem pronunciadas em voz alta, já que os signos traziam implícito, como se fossem suas almas, um som particular. A prática, no entanto, caiu em desuso, tornando a leitura silenciosa uma espécie de norma. O que vale lembrar é que a leitura em voz alta implica em compartilhamento; já com a leitura silenciosa, o leitor estabelece uma relação sem restrições com as palavras, que, naquele momento, podem existir em um espaço interior, enquanto os pensamentos do leitor as inspecionam à vontade, permitindo comparações de memória com outros livros. Além disso, o texto lido de maneira silenciosa acaba por se tornar uma espécie de posse do leitor, seu conhecido íntimo.

Briggs e Burke (2004) e outros teóricos destacam outra mudança de grandes proporções nas práticas de leitura, com seu ponto alto no final do século XVIII, que vale ser mencionada aqui. É quando se acredita que as leituras, de modo geral, passam de “intensivas” para “extensivas”, ou, como o próprio Burke explica, citando Francis Bacon, “*do hábito de ‘engolir’ livros para ‘provar’ deles*” (p. 180).

Essa revolução, causada pela enxurrada de publicações que invadiam o mundo cerca de dois séculos depois da invenção da máquina de impressão por Gutenberg, fez com que o “mergulho na leitura” se transformasse em uma “leitura superficial”. O leitor não mais se aprofunda nos textos que lhe caem nas mãos, mas busca de tudo um pouco, pela grande variedade. Os jornais, sem dúvida, acompanharam essa transformação e se adaptaram à nova maneira de ler do seu

público, uma forma de leitura que poderia ser comparada ao que chamamos de “navegar na internet”, buscando apenas uma informação aqui e ali.

Por último, poderíamos destacar os diferentes tipos de leitura que podem ser realizadas a partir dos diferentes materiais. Já vimos, anteriormente, que os novos suportes, como o texto eletrônico, dão a possibilidade de uma maior intervenção do leitor sobre o escrito, criando, certamente, uma confusão de papéis entre autor e leitor. Além disso, novos e velhos suportes, materiais de qualquer tipo, também podem ser os responsáveis pelas maneiras de ler escolhidas por um leitor. Tomando o jornal, por exemplo, Chartier (1999) explica que, nos séculos XVII e XVIII, esse tipo de impresso ainda não tinha uma estrutura diferente do livro. Quando adquiriu um grande formato e sua distribuição passou a ser feita em grande escala, sendo vendido na rua a cada número, o jornal deu aos leitores daquela época uma possibilidade de atitude mais livre. Eles podiam carregá-lo, dobrá-lo, rasgá-lo, emprestá-lo, dividi-lo em partes... É importante ressaltar, no entanto, que um mesmo suporte não tem, necessariamente, o mesmo efeito sobre todos os indivíduos, em termos de posição do corpo e da mente frente ao escrito. Aqui falamos de um jornal que dava mais liberdade aos leitores do século XIX, mas, como poderá ser visto ao longo deste trabalho, hoje ele parece tirar a liberdade de crianças leitoras.

## 2.2

### **A relação imagem-texto na apropriação dos conteúdos pelo leitor**

A leitura não se limita à apreensão de escritos: quando tratamos de mídia, inclusive impressa, tão importante quanto considerarmos os textos, é analisarmos, também, a leitura das imagens. Para tratar dessa relação imagem-texto, trago algumas das considerações feitas por autores do campo de recepção latino-americanos, como Jesús Martin-Barbero e Guillermo Orozco-Goméz, além de outros autores.

Assim como Chartier e outros estudiosos do campo da leitura, os teóricos ligados aos Estudos de Recepção Latino-Americanos consideram que o receptor, neste caso de mídia, tem o que chamam de “possibilidade de ação”. Para Jesús Martin-Barbero (2004) a mensagem nos meios de comunicação não tem um efeito devastador sobre o seu receptor e, por essa razão, devem ser analisadas as práticas

cotidianas deste mesmo telespectador/ouvinte/leitor, pois nem todo consumo é interiorização automática de valores da classe dominante. O autor não deixa de, no entanto, apontar os dispositivos técnicos dos quais se utiliza a indústria midiática no sentido de tentar garantir uma maior aproximação com aqueles a quem ela se dirige, como a especialização das mídias em diversos tipos de informação. Cada um desses meios trabalha com uma temporalidade social diferente, afirma o autor, por isso o rádio vive do instantâneo, transformando gesto em palavra; a TV insere o espetáculo diretamente de seu espaço, ao vivo; e a imprensa escrita coloca o acontecimento em um tempo e em um espaço de reflexão, de um descobrimento lento, de uma confrontação de testemunhos.

Martin-Barbero ressalta que essa especialização das mídias, de modo algum, representa um isolamento: a palavra de ordem é cooperação, que funciona como uma espécie de divisão de tarefas, fazendo com que a mídia impressa se aproprie do sucesso dos outros meios de comunicação. É desta forma que se pode perceber que do rádio, por exemplo, a imprensa escrita aprendeu como estender sua gama de tons, tanto no plano material com diferentes tipos de letra, composição, da titulação, entre outros, como também na sua prosa, com o tom sério que o jornalismo impresso, de modo geral, sempre tenta se diferenciar dos outros veículos. Já com as contribuições vindas do cinema, a imprensa escrita traduz a necessidade de dar movimento às páginas e enquadrar por planos, ou seja, organizar a página para que algumas notícias sejam situadas em primeiro plano e outras, ao contrário, fiquem em um plano tão geral que possam se confundir com o fundo do jornal. A análise que este autor faz do relacionamento que se estabelece entre jornal e televisão nos dá pistas sobre as relações texto-imagem.

“Com a TV, a imprensa mantém um relacionamento bem particular. De um lado o desafio da iconicidade: mais fotos, melhor técnica, tanto na tomada como na impressão, o convencimento de que ‘uma imagem vale mais por mil palavras’ e, portanto, quanto mais imagem, mais informação e maior objetividade. Porém, paradoxalmente, a mais imagem corresponde mais imaginário, mais espetáculo, menos seriedade. Daí vem a consequência de que os ‘sérios’ como *Le Monde* continuem pura letra, sem uma foto.” (Martin-Barbero, 2004, p. 94)

É preciso relatar que gravuras e fotografias, muito antes da invenção da TV, certamente ajudaram a levar os impressos para o centro da vida cotidiana no Brasil e no mundo, por volta do século XIX. Como afirma El Far (2006), as imagens nos romances retratavam as cenas de maior impacto, assim como as



fotografias em livros de viagens e científicos comprovavam a existência de fatos e lugares distantes. Em todos os gêneros, a imagem facilitava o exercício da leitura, deixando o texto mais leve e prazeroso.

A autora explica que, nos jornais diários do país, a fotografia chegou na virada do século XIX para o século XX, e sua inserção se deu, em um primeiro momento, de maneira tímida. Não demorou muito, porém, para que ela passasse a fazer parte das notícias de destaque: era a maneira que os impressos encontravam de oferecer uma pequena pausa aos seus leitores em meio a um mundo de textos.

Outro ponto interessante é abordado por Orozco-Gomez (2001) que, analisando o que podemos chamar de audiência ativa, ou seja, aquela que tem possibilidade de ação frente ao que lhe é oferecido pela mídia, observa diferenças entre palavra — linguagem escrita — e imagem — linguagem visual. Para o autor, o texto escrito exige um grau de abstração que faz com que a palavra, ou seja, a linguagem escrita, passe primeiro pela razão e só depois chegue aos sentidos. O visual, por sua vez, se diferencia do texto escrito porque automaticamente se conecta aos sentidos de seus interlocutores (vista), podendo ou não se conectar, a partir daí, com a razão. A palavra é um signo que se refere a outros significados que não estão nela explícitos e que só podemos construir pela ação interpretativa do leitor e pela ação intencionada do escritor. Na televisão, por exemplo, a imagem é, ao mesmo tempo, significante e significado por sua concreticidade e pela universalidade do código visual. O ponto proposto por Orozco-Gomez nos ajuda a diferenciar a recepção de uma imagem e de um som da recepção de um texto escrito: ler exige uma concentração diferente daquela que usamos para ver ou ouvir.

François Bresson (2001) nos dá uma pista fundamental para melhor compreendermos o que afirma Orozco-Gomez. Para Bresson, a escrita nada mais é que uma codificação da linguagem oral, esta sim única forma da língua que podemos considerar “natural”. A linguagem oral, com a qual estabelecemos contato já nos primeiros meses de vida, apresenta um procedimento espontâneo de aquisição e não precisa, ao contrário da escrita e da leitura, ser organizada e socialmente dirigida. A leitura e a escrita configuram práticas sociais que não se adquirem somente com o contato com o escrito e com a observação de leituras, ou seja, elas requerem ensino. De outra maneira, seríamos capazes de ler textos

inteiros apenas a partir da nossa interação com os cartazes ou as placas com os quais nos deparamos desde cedo na rua ou na televisão.

McLuhan (1979) faz uma ponte entre texto e imagem não a partir de fotografias, mas sim através de gravuras e cartuns. Ele observa que o caráter de uma gravura ou de um cartum de um impresso é muito similar ao da imagem da TV, pois oferece poucos dados sobre os objetos presentes e exige, em consequência, um alto grau de participação do espectador.

É a imagem que permite que o leitor possa atribuir um sentido, mesmo quando não compreende o idioma no qual estão escritas suas legendas. Manguel (1997) conta um caso pessoal, de quando, em meio ao aeroporto de Narita, resolveu folhear uma revista em quadrinhos japonesa:

“Folheio uma revista em quadrinhos japonesa no aeroporto de Narita e invento uma narrativa para as personagens que falam numa escrita que nunca aprendi. Tentar ler um livro numa língua que não conheço – grego, russo, sânscrito – evidentemente não me revela nada. Mas, se o livro é ilustrado, mesmo não conseguindo ler as legendas posso em geral atribuir um sentido, embora não necessariamente o explicado no texto.” (Manguel, 1996, p. 116)

Santaella e Noth (2001) afirmam que o código verbal não pode se desenvolver sem imagens e que as relações que se estabelecem entre imagem e texto podem caracterizar, em alguns casos, pólos extremos que vão da redundância a informatividade. Assim, estabelecem três escalas:

- 1) Imagem inferior ao texto: ela simplesmente o complementa, sendo, portanto, redundante. Tal caso acontece, ocasionalmente, com ilustrações de livros.
- 2) Imagem superior ao texto: ela o domina, sendo mais informativa que o escrito. Exemplificações enciclopédicas são um bom exemplo para ilustrar esse caso. Sem a imagem, a concepção do objeto é muito difícil de ser conseguida.
- 3) Imagem e texto têm a mesma importância: nesse caso, ela está integrada ao escrito, havendo uma complementaridade.

Santaella e Noth ressaltam, no entanto, que nos meios da imprensa não se trata meramente de uma díade entre texto e imagem, uma adição de duas mensagens informativas diferentes. O jornal e as revistas apresentariam, segundo as autoras, tríades formadas por texto impresso, imagem ilustrativa e legenda: um

comenta o outro. A imagem, sozinha, não é entendida, por isso precisa de uma legenda que a comente. A imagem comenta o texto e, em alguns casos, ela comenta até sua própria legenda.